

# Plano Sayad: não haverá mais congelamentos.

**A informação vem da Seplan: o plano prevê nova rodada de reajustes e depois uma queda natural de preços.**

Ao contrário do que se vem divulgando, o "Plano Sayad" para o ajustamento da economia não prevê um novo congelamento de preços e salários por 90 dias. O esclarecimento foi prestado ontem por uma alta fonte do Ministério do Planejamento que ao lado do ministro João Sayad e do economista Francisco Lopes trabalhou na elaboração da proposta. O ajuste entre preços e salários, com vistas a debelar a inflação alta, é a alma do plano.

Segundo a proposta, os preços deveriam se ajustar de acordo com as forças do mercado até chegarem ao ponto de realinhamento e estabilização. Isto significa que após o processo de realinhamento, iniciado no final de novembro e encerrado na última segunda-feira com os últimos aumentos dos preços do arroz e do feijão, a economia viveria uma nova rodada de ajustes. Os técnicos do Ministério entendem que diante da perspectiva alimentada pelo anúncio equivocado de um novo congelamento, muitos preços já estão ajustados acima da realidade, refletindo temor de voltarem a ficar no **contrapé** como no ano passado. Como não há propos-

ta de congelamento, os mesmos técnicos entendem que esses preços deverão cair para patamares menores equilibrando-se com a nova realidade da demanda.

Após esse período, quando os preços estiverem estabilizados, o governo retomaria o controle rigoroso de ajustes dos preços e das tarifas públicas. Neste esquema, ressaltou a fonte, o governo não agiria unilateralmente mas acertaria os ajustes necessários em negociação com os agentes econômicos. A base da proposta é a intenção do Ministério do Planejamento de dar espaço para a ação das forças de mercado.

Com relação aos salários, a

proposta sugere a manutenção do gatilho no nível de 20% durante a rodada de realinhamento de preços. O gatilho dispararia quantas vezes fosse necessário e os técnicos do Planejamento admitem que já houve queda do poder aquisitivo, fator de equilíbrio do excesso de demanda que existia na economia ao longo do ano passado. Após o realinhamento de preços, o "Plano Sayad" sugere a substituição do gatilho por uma política de reajustes trimestrais baseados na inflação passada. O "Plano Sayad" propõe, ainda nesse campo, a manutenção do poder aquisitivo dos salários que acompanhariam a inflação.

Levada ao professor Juarez

Rizzieri, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), a proposta provocou mais dúvidas que aplausos. "A questão é complicada", afirmou ele, para quem "há um conflito distributivo entre capital e trabalho". Rizzieri acrescentou algumas indagações: qual é o tempo que o governo tem para detonar essa nova rodada? Qual o nível de salário médio real que será estabelecido nessa política? Quem garante que após essa rodada veloz os preços estarão realinhados?

Para ele, se o realinhamento for muito rápido e intenso haverá queda do salário médio real, especialmente com o avanço de preços do setor industrial não competi-

vo, ou seja, aqueles setores oligopolizados que estão sob o controle do CIP: automóveis, eletrodomésticos, alimentos industrializados. Em contrapartida, lembrou ele, cairá a demanda nos setores competitivos como vestuário e serviços. Os salários, de qualquer forma, serão puxados para baixo e, se o governo quer manter o seu nível real, outros setores teriam de pagar a conta: a agricultura, os serviços públicos ou o setor externo.

Com a boa safra de verão haveria espaço, naturalmente sob o protesto dos agricultores, de manter o salário médio real através dos preços agrícolas que, segundo Rizzieri, também estão desalinhados. A segunda alternativa levaria o go-

verno a subsidiar mais ainda as tarifas dos serviços públicos sob sua administração. A terceira hipótese depende de uma negociação favorável da dívida externa, que reduza a transferência de recursos ao exterior. "Me parece que o governo num plano desses, vai ter de escolher uma vítima." De qualquer forma, ele indagou: "Qual é o nível entre preços e salários para a economia recuperar sua competitividade no mercado internacional?" Para Rizzieri, a questão é política e o melhor caminho seria o governo convencer empregados e empregadores para chegarem todos a um entendimento tendo em vista a gravidade da situação.

Vicente Dlanezi Filho